

EMPRESTAR, DOAR E RETRIBUIR:

A CIRCULAÇÃO DE FAVORES E OS ENCONTROS AFETIVOS EM UMA MORADIA ESTUDANTIL

LENDING, GIVING AND RETURNING:

THE CIRCULATION OF FAVORS AND THE AFFECTIVE ENCOUNTERS IN A STUDENT RESIDENCE

Antonio Augusto Oliveira Gonçalves¹

Resumo: Neste trabalho, relato algumas experiências afetivossexuais de estudantes intercambistas em Belo Horizonte (MG). Estes/as universitários/as vêm de cidades da Argentina, Chile e Paraguai para estudar na capital mineira e residem nas moradias da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Neste contexto de coabitação, havia certas práticas disciplinares, uma arquitetura panóptica e um controle da entrada de visitantes, isto forçava os/as intercambistas a se envolver em trocas de objetos e favores para tornar possíveis seus encontros afetivos.

Palavras-chave: Intercâmbio; Regime disciplinar; Reciprocidade.

Abstract: In this paper, I report some affective and sexual experiences of exchange students in Belo Horizonte (MG). These university students come from cities in Argentina, Chile and Paraguay to study in the capital of Minas Gerais and they reside in UFGM (Federal University of Minas Gerais) homes. In this context of cohabitation, there were certain disciplinary practices, a panoptic architecture and a control of the visitors

entry, these elements forced the exchange students to engage in permutation of objects and favors to make possible their affective encounters.

Keywords: Diciplinary regime; Exchange; Reciprocity.

1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de entrevistas e observações etnográficas nas moradias universitárias da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). A própria consubstanciação da pesquisa nesse lócus em específico remonta alguns imponderáveis ao longo de quase um ano de campo. A princípio, eu pretendia coletar relatos sobre as dinâmicas identitárias de estudantes intercambistas em Belo Horizonte (MG). Estudantes estrangeiros/as que permanecem de um a dois semestres na UFMG. Trata-se, portanto, de uma condição de mobilidade bastante peculiar, categorizada na literatura enquanto migração temporária (GUSMÃO, 2008), deslocamentos transitórios (MOURÃO, 2008), ou de migração estudantil (CERQUEIRA et al, 2010).

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás e Professor na Universidade Federal de Goiás – UFG/Regional Catalão, Brasil

Em Belo Horizonte, durante a realização da pesquisa, percebi que não fazia muito sentido examinar as identidades dos/as estudantes. Na verdade, era preciso entender como as próprias diferenças eram socialmente construídas entre eles/as durante a estadia no Brasil e na UFMG. Em suma, ao invés de tomar essas “identificações” (HALL, 2010) enquanto dadas, o campo me levou a observar de que forma a produção das diferenças era tecida no interior de um mesmo espaço (GUPTA; FERGUSON, 2008), as Moradias Ouro Preto (MOP I e II), local de residência dos/as intercambistas e estudantes brasileiros/as da UFMG em Belo Horizonte, no Bairro Ouro Preto.

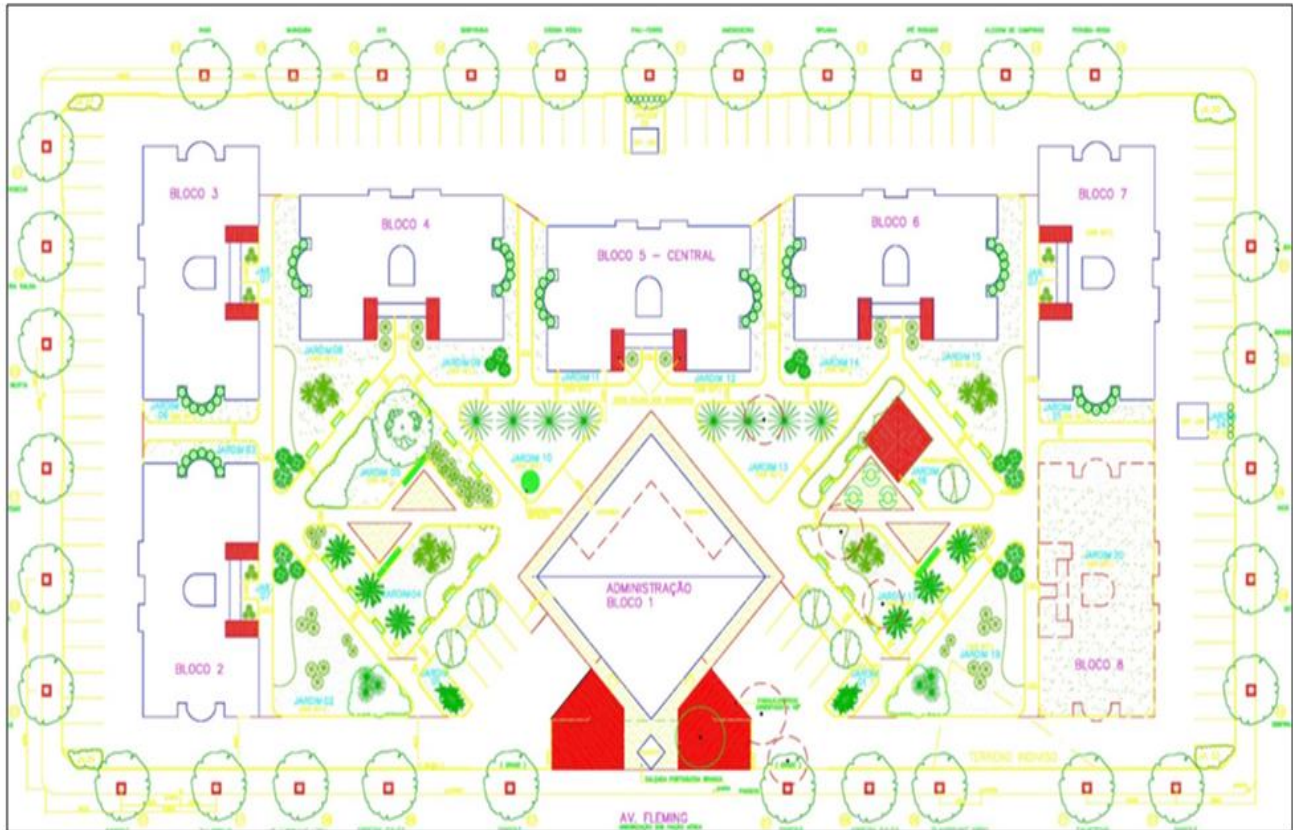
Conforme transcorria a investigação, o escopo da pesquisa migrara das dinâmicas identitárias para as sexualidades. Durante o campo, observei que as transformações mais drásticas experimentadas pelos/as meus/as interlocutores/as se davam em suas trajetórias afetivas e sexuais. Com o intercâmbio, as vivências destes/as estudantes, advindos/as da Argentina, Paraguai e Chile, eram atravessadas por certas distâncias e alguns desafios corriqueiros para poder levar a cabo os seus encontros afetivos, sobretudo, a partir do momento em que eles/as residiam nas moradias universitárias. Para lançar luz nesse processo como um todo, o texto é composto em duas seções. Na primeira, descrevo as espacialidades e as práticas disciplinares nas moradias da UFMG. Na segunda, remeto às táticas adotadas pelos/as moradores/as e intercambistas para burlar a fiscalização das portarias da MOP por meio da troca de objetos e favores entre eles/as.

2 – CLAUSTROS, PORTAS E VISUALIDADES

A estrutura arquitetônica do complexo de moradias universitárias da UFMG é distinta nas duas unidades, separadas entre si por menos de seiscentos metros de distância na Avenida Fleming, no Bairro Ouro Preto. Na Moradia I (MOP I), há seis blocos com três andares, cada andar contendo dois apartamentos. A MOP I conta também com uma quadra esportiva e um centro de convivência. Nesse mesmo prédio funciona a Administração e a portaria. Os blocos e a quadra ladeados compõem três traços retilíneos imaginários que, combinados entre si, formam um retângulo, onde, no ponto médio, se localiza o prédio da Administração e do centro de convivência.

Na planta baixa todos os blocos estão dentro do campo visual dos vigilantes que se posicionam na portaria e de certo modo das/os funcionários/as da Administração:

IMAGEM 1 - Planta aérea da MOP I



Fonte: DMAE/UFMG, 2016.

O desenho pontilhado do suposto bloco 8 é o local onde se situa a quadra esportiva. Pela imagem acima, apenas as entradas dos blocos 3 e 7 se escondem na meia lua dos contornos dos blocos 4 e 6, respectivamente. Todos os demais blocos estão expostos à visibilidade uns dos outros. Não há medianeiras. Onde não há vidros transparentes, há basculantes à altura do parapeito; onde não há portas, há sacadas. Ao anoitecer, a luz amarela dos corredores entre os apartamentos recorta as silhuetas e qualquer flâneur pode fitá-las subindo as escadarias desde os jardins em frente aos blocos 2, 4 e 6. O que não é visto nesse grande claustro interno, pode ser observado por meio das rondas externas dos porteiros através do contorno dos blocos e das passagens em direção ao estacionamento. Percorrendo o retângulo de uma ponta a outra também é possível visualizar algo. Nesse momento, são as sacadas que se tornam conspícuas, enquanto as janelas e as portas, no lado intestino do claustro, auxiliam os passos airosos do vigilante no estacionamento.

Na Moradia 2 (MOP II), tem-se uma disposição física semelhante, embora, nesta, os arquitetos e engenheiros da UFMG parecem ter apostado mais numa vigilância amigável e sorrateira. No lugar dos apartamentos de seis quartos, há oito habitações, sendo quatro quartos de cada lado atravessados por um corredor ao meio. Ao centro dos blocos situa-se uma praça ao invés de um centro de convivência, e para garantir que nada escape da visualidade anônima e eterna dos/as transeuntes no rossio ou dos/as espectadores/as no alto dos prédios, faz-se, frequentemente, uma poda de árvores. O que não está submetido à ditadura do olhar,

aparece em diligências sonoras incorporadas. Um dos intercambistas evitava fazer ligações para sua família quando estava no bloco, pois, segundo ele, o conteúdo do diálogo poderia estar sob a oitiva da audiência escusa do outro lado da parede, de uma face desconhecida que se espreita pela fenestra e, finalmente, pela auscultação banal do vizinho de cama.

Em Vigiar e punir, Foucault (2010), constatou que a definição de unidades celulares hábeis para comportar cada corpo, a estipulação de horários e a inversão do princípio da masmorra pelo enfoque constante da visibilidade e da luz é própria dos dispositivos disciplinares e panópticos:

“As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento. Nessas máquinas de observar, como subdividir os olhares, como estabelecer entre eles escalas, comunicações?” (FOUCAULT, 2010, p. 167).

Em resposta a indagação suscitada por Foucault, nas moradias, além do regime do olhar nos espaços abertos, praças e na ronda dos porteiros, é possível detectar um panoptismo em miniatura nos apartamentos. Nestes ambientes, vê-se dois tipos de habitação: as quitinetes duplas e o conjunto de quartos habitados/as pelos/as moradores/as brasileiros/as. Nesses últimos, há na MOP I três quartos dispostos de cada lado; entre eles existe um passadouro

ancho em que, ao final, figuram os dois banheiros. Cada um dos toaletes apresenta duas portas, uma que dá acesso ao vaso sanitário e outra correspondente à ducha. Na frente de ambas as portas, encontra-se uma pia com espelho localizado na parte superior; três pessoas de cada lado podem dividir o mesmo espaço e porventura ver a outra sair de uma das entradas. Ao todo são dez portas em um mesmo recinto, sem citar a do ádito principal do apartamento. Aqui, observa-se, por um lado, o ímpeto de quadriculamento, cada estudante ocupa uma unidade celular específica, o vaso sanitário é separado da ducha e da pia, o que cumpre com o ideal de decomposição das coletividades no poder disciplinar. Por outro lado, estabelecem-se localizações funcionais, particularmente efetivas em dirimir comunicações duvidosas e fazer funcionar atividades por quadrantes distintos, isto é, aquele/a que defeca não pode se banhar ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2010).

Nas quitinetes duplas, ocupadas pelos/as intercambistas na MOP I, não há muito âmbito para intimidade, as camas estão posicionadas uma ao lado da outra e os parapeitos, que dividem o ambiente do quarto em relação à cozinha, e a pequena antessala permitem que um/a companheiro/a veja e escute o/a outro/a em todas as suas práticas diárias: ao dormir, ao cozinhar, ao tomar banho, ao utilizar o computador, e quem sabe, ao receber uma visita. Há ainda mais um aditivo que complementa esse jogo de olhares, a varanda. Caso um/a dos/as residentes se ausente, deixando o/a outro/a sozinho/a, os/as transeuntes na rua paralela podem vê-lo/a, mesmo quando os vigilantes não

andam pelo estacionamento empunhando seus bastões eletrônicos.

É possível dividir o dispositivo panóptico da MOP I e II em três frentes: a) uma relativa aos âmbitos abertos, em que pouco importa a dimensão pessoal do olhar, ou seja, não há grande diferença entre os/as controladores/as designados/as e o público. Um/a morador/a, um/a visitante, um/a funcionário/a da limpeza, um vigilante, qualquer uma das figuras tomadas ao acaso podem colocar as engrenagens da vigilância perpétua para funcionar, talvez seja por isso que os vigilantes possam ser apenas “porteiros”, como bem frisou uma das funcionárias da FUMP ; b) uma segunda referente ao panoptismo em miniatura encontrado nas quitinetes e nos apartamentos, o que torna o dispositivo disciplinar menos uma artimanha externa e mais algo incorporado, aderido internamente ao corpo dócil, na dimensão temporal de elaboração do ato, nos tipos de silêncios possíveis e, finalmente, na maneira como as portas são manipuladas, sem o acionamento das trancas pelas chaves e, eventualmente, abertas por moradores/as e intercambistas; c) uma terceira e última que cumpre com o desiderato do saber e poder contido na História da sexualidade: a vontade de saber de Foucault (2015).

Para que um/a visitante acesse as moradias, ele/a deverá portar um documento de identificação e o número do bloco e do apartamento/quitinete. O porteiro toma o documento empunhado pelo/a externo/a e o registra em um programa eletrônico de controle de visitas. Depois de concluída essa etapa, ele interfona para o/a interno/a. Caso

esse/a não venha a atender, o porteiro, às vezes, por uma má vontade extremamente providencial com o esquema disciplinar contido ali, pedirá ao/à visitante que entre em contato com o/a residente e peça que ele/a venha até a portaria recebê-lo/a. Por meio de uma inspeção visual sutil, o porteiro averigua se as duas pessoas realmente se conhecem. Em resumo, ao final desse processo, há tanto uma relação de poder, por vezes, descentrada na falha técnica dos interfones ou na imperícia do/a visitante que se esqueceu do número do apartamento, quanto uma produção de saber, o nome completo e número de RG dele/a estarão relacionados ao número do bloco e do apartamento. Uma vez feito o cadastro do/a visitante, a portaria produz estatísticas e uma rede de anotações quase perfeitas sobre qual das moradias ele/a frequentou, em qual bloco e apartamento esteve e por quanto tempo permaneceu ali, porque, na saída, o/a externo/a deve dar “baixa em seu nome”. Assim, escalonam-se dois conjuntos de dados, dos/as visitantes e de seus/suas conhecidos/as portaria adentro, interpolação de nomes e números em um só feito (FOUCAULT, 2010).

No sistema de portarias, averigüei que existia uma distinção. Os/As intercambistas, na qualidade de recém-admitidos/as, tinham um tratamento mais restritivo, uma vez que não podiam receber visitas após as 22 horas e nem estavam autorizados/as a hospedar um/a visitante durante uma noite. Enquanto que entre os/as internos/as de longa admissão – i. e., os/as residentes nacionais – imperava até então uma “diplomacia do fingimento” (GASPAR-NETO, 2014), ou seja, os/as moradores/as brasileiros/as navegavam

nos labirintos dos preceitos regulamentares e até mesmo zombeteavam deles em certos momentos e os porteiros podiam criar dificuldades para admitir a entrada de um/a visitante, mas ao final ele/a passaria noites a fio, com pouca ou quase nenhuma intervenção dos funcionários. Esta sinuosidade formal do sistema de portarias era facilmente contornada pelos vínculos de amizade entre os/as estudantes em intercâmbio e os/as residentes brasileiros/as, afinal era comum que os/as últimos/as emprestassem seus nomes aos/as primeiros/as para que eles/as pudessem receber visitantes.

Na seção seguinte, partindo dessa circunstância em que os/as intercambistas “tornaram-se vizinhos” (RIBEIRO, 2005, p. 8) dos/as demais residentes, explícito como eles/as foram aos poucos constituindo uma “malha de relações” e interdependências (RIBEIRO; FELDMAN-BIANCO, 2003), expressa na circulação de objetos. Não seria exagero afirmar que se observara nos parágrafos abaixo “como as coisas constituem as pessoas” (MILLER, 2009, p. 423) através das relações. Sem este sistema de trocas, alguns relacionamentos e os epítetos que os acompanham – namorado/a, ficante, peguete – seriam asfixiados pelo controle disciplinar da FUMP.

3 – ENTRE CHAVES, COLCHÕES E QUARTOS: UMA ECONOMIA POLÍTICA DO SEXO

À medida que avançava no trabalho de campo, percebia, cada vez mais, a necessidade de complementar as

observações face a face (*off-line*) com incursões *on-line* no Facebook (RIFIOTIS, 2016). Assim, inteirava-me das postagens dos intercambistas, recebia convites por alguns/algumas deles/as a ir às festas da moradia. Com isto, deparei-me com uma organização social extremamente complexa de empréstimos, doação e venda de artigos nas MOP I e II, além de perceber como no corolário das interações físicas, os/as internos/as aproveitavam-se do meio digital para fazer fofocas, flertar com alguém ou enviar indiretas malquistas etc. Nessas trocas rotineiras, os itens mais contados eram a impressão de documentos e o empréstimo de máquinas de lavar, mas, para além destes, também havia uma imensidão de objetos, itens e favores transmitidos entre eles/as: agulhas de costura, palitos de churrasco, bolas de isopor, aparelho de aferir pressão, canela, açúcar, erva doce, vinagre, rolo de barbante, bicicletas, balança, tabuleiro, fogão de acampamento. Enfim, havia uma diversidade de itens, necessidades e circuitos de trocas.

Quando, no decurso do semestre, as máquinas na lavanderia estragaram, afetou-se a integração social entre moradores/as e intercambistas. Na MOP II, os/as intercambistas não contam com uma lavanderia e estão proibidos/as pela Administração de se deslocarem até a MOP

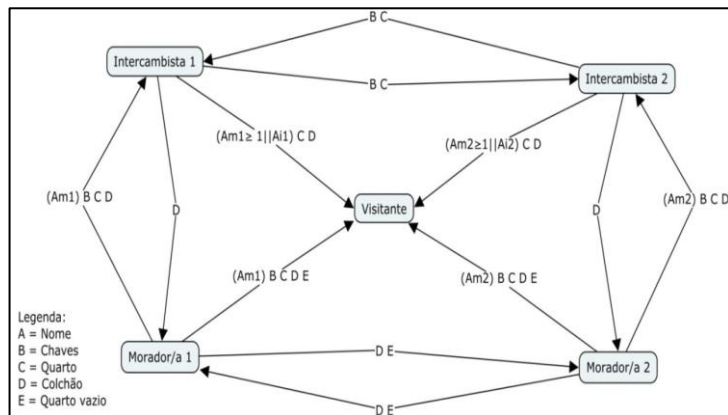
I para usufruir das máquinas de lavar, o que os/as leva, desde o princípio do intercâmbio, a interagir com moradores/as brasileiros/as. Ao invés de ocupar o tempo com o dorso dos dedos em uma esfregadeira de um tanque de lavar roupas, o/a intercambista, à medida que estreita laços com os/as moradores/as, pode incluir o uso das máquinas de lavar nos apartamentos dos/as brasileiros/as como mais um dos itens transmitidos nas trocas. Na MOP I, a pura e simples existência da lavanderia impediu, ao menos até quando o funcionamento delas esteve operante, que os/as intercambistas tivessem que se envolver nas diligências sociais desses eufemismos de ordem prática (BOURDIEU, 2008) para terem seus vestuários limpos. Porém, quando as máquinas avariaram, eles/as não tiveram outra saída a não ser baterem na porta dos/as moradores/as brasileiros/as para usar suas máquinas de lavar roupas. Essa socialidade² do sabão em pó demonstra o quanto, no entorno das trocas, os pontos de aglutinação social mais vívida se sobressaem.

Se, em alguns momentos, os objetos já deixam em evidência as suas provisões úteis, noutros, a obviedade do amaciante e do sabão em pó é substituída por empregos implícitos, eufemizados na sua consubstanciação mesma. Este é o caso de um círculo específico de trocas de favores e

²Por *socialidade* entende-se o significado que Marilyn Strathern confere a esta expressão a partir das formulações melanésias, designando “a criação e manutenção de relações sociais” (STRATHERN, 2006, p. 40). Strathern (1999) prefere o termo *socialidade* à expressão “sociabilidade”, conceito derivado das proposições teóricas de Simmel. Em inglês, “*sociability*” aponta para uma experiência empática em comunidade, o que exprime certa sentimentalização das relações sociais na leitura da autora. Isto conduz a reducionismos de todo tipo, da reciprocidade ao altruísmo, da *socialidade* à sociabilidade, como se as relações remetessem apenas a algum lado afável da vida social ou estivessem sempre imbuídas de alguma conotação positiva (STRATHERN, 1999). Neste artigo, endosso a diferenciação de Strathern e prefiro, tal como ela, empregar a noção de *socialidade*.

bens que detém arraigadas ligações com as experiências afetivossexuais dos/as intercambistas, e que nomearei como “Circulação sexual das dádivas nas moradias”. Por meio dele pode-se averiguar a centralidade desta “economia política do sexo” (RUBIN, 1986)³ para as experiências afetivas dos/as intercambistas e moradores/as nas MOP I e II:

DIAGRAMA 1 - Circulação sexual das dádivas nas moradias



Fonte: Autor, 2016.

Em primeira olhadela, o diagrama pode parecer, ao/a observador/a, hermético e de difícil apreensão, porém ele

articula a circulação de elementos simples entre determinados agentes, sendo eles/as, os/as intercambistas, os/as moradores/as e os/as visitantes. Esses/as últimos/as não são necessariamente brasileiros/as externos/as que vêm às moradias. O/A visitante pode ser um/a intercambista que viveu por um semestre na MOP I ou II e depois se mudou, no semestre seguinte, para uma república nas cercanias da UFMG; podem ser amigos/as de moradores/as ou de intercambistas internos/as; namorados/as deles/as, entre outras possibilidades. Penso os/as agentes não apenas na qualidade de indivíduos, pois eles/as acabam se comportando como coletividades. Entre intercambistas, moradores/as e visitantes, para que os/as primeiros/as possam levar os/as terceiros/as, eles/as requerem a intermediação de um/a ou mais moradores/as, devido ao controle mais restritivo de visitas em relação aos/as intercambistas feito pelos vigilantes.

As coisas trocadas são nomes, chaves, quartos, colchões e quartos vazios. Em uma habitação qualquer encontramos todos esses artefatos reunidos. Todas as habitações contêm, ao menos, uma cama encimada por um colchão, possuem chaves e estão atreladas ao nome de um/a ou mais residentes, e quando não têm pessoas, estão vazias.

A singela distribuição proposta dos bens trocados pode parecer tautológica à primeira vista, porém o valor socioantropológico das trocas reside tanto nos objetos, quanto nas relações criadas pelas pessoas (MILLER, 2007;

³Gayle Rubin (1986) propõe esta expressão para designar como as atividades sociais e políticas não estão desvinculadas do exercício da sexualidade.

2009) que trocam esses mesmos objetos e/ou favores. As relações que são tecidas não ocorrem a todo o momento e nem todas as coisas são trocadas de uma só vez. Por exemplo, o empréstimo das chaves de acesso a um quarto envolve a enumeração óbvia dos componentes, isto é, a cama e o colchão estarão inclusos nessa ação, mas o que está em *close-up* são as chaves e não os artigos que vêm com ela.

Pela legenda do diagrama, faz-se necessário estabelecer algumas distinções elementares. Com a palavra “chaves”, refiro-me ao empréstimo de quartos durante um tempo maior que uma porção de horas; com o vocábulo “quarto”, designo exatamente o inverso da primeira locução, estarei aludindo o ato de emprestar uma habitação durante um lapso temporal menor que um dia. Quando intercambistas e moradores/as se ausentam para participar de uma viagem, eles/as podem não deixar exatamente “as chaves” com uma pessoa, afinal, em grande parte do tempo as portas permanecem escancaradas ou simplesmente fechadas, mas sem que alguém as tranque a chaves. Portanto, ao final, quarto e chaves podem ser a mesma coisa, a diferença reside na dimensão temporal da troca. Veja que, no esquema, as letras representativas de tais artigos, “B” e “C”, frequentemente aparecem juntas. Com a letra “E” atribui um significado específico: refiro-me às habitações desocupadas recentemente nos apartamentos dos/as moradores/as brasileiros/as e, até que ocorra a seleção de um/a novo/a habitante pela FUMP, elas ficarão à disponibilidade deles/as.

No diagrama, os informes verbais sobre os quartos vazios trafegam principalmente dos/as moradores/as entre si

e destes/as para os/as visitantes. Os/As intercambistas, geralmente, não os ocupam a não ser apenas para transar com um/a dos/as visitantes contemplados/as com essa dádiva, o que é pouco provável, tendo em linha de conta que eles/as desfrutam de ajustes diversos nas prestações e contraprestações do circuito. O estatuto antropológico concedido à letra “A” é fundante para decifrar toda a estrutura da circulação sexual. Se as relações e coisas trocadas não envolverem, necessariamente, pessoas em sua compleição física de “carne e ossos”, estarão repercutindo símbolos dessas mesmas pessoas, designado pela palavra “nome”. Todas as permutas que abarquem um/a ou mais internos/as em relação ao/à visitante sempre dependerão de um ou mais “nomes” para aquiescer a seu trânsito nas pontes do circuito. Por outras palavras, sem um “nome”, quartos, colchões, chaves ou habitações desocupadas não poderão circular e serem transmitidas a um/a externo/a. Em decorrência da distinção de vigilância no sistema de portarias, os nomes de moradores/as e intercambistas não são equivalentes nas trocas, já que os nomes dos/as últimos/as perdem seu “valor” efetivo após 22h, enquanto os/as moradores/as podem hospedar os/as visitantes após esse horário.

A diferença institucional entre os dois entes internos parece corroborar ainda mais para estreitar os laços entre eles, permitindo ao/à intercambista burlar o regime de visitas por intermédio da ajuda dos/as moradores/as. Não seria exagero dizer que a discrepância de tratamento do sistema de portarias é facilmente suplantada pelas relações de amizade

entre intercambistas e moradores/as. No diagrama, empregam-se as expressões “Ai” e “Am” para diferenciar nomes de intercambistas e moradores/as, respectivamente. Tais expressões figuram entre parênteses nas trocas entre morador/a e um/a intercambista e, porventura, deste em relação a um/a visitante.

Em *Ensaio sobre a dádiva*, Marcel Mauss (2003) averiguou que, no sistema de prestações totais maori, todo *taonga* carregava em si um *hau*, ou seja, todas as propriedades pessoais entre os maori detinham um poder espiritual (*hau*) que as acompanhavam no regime moral da dádiva. Essa essência espiritual do detentor que anima o *taonga* desatava em um vínculo de almas, pois ao transmitir a coisa dada a um terceiro, este, movido pelo *hau* do *taonga*, retribuía o ato antecedente com outro. Aquele que iniciou o círculo de dons e contradons via-se impelido a devolver a coisa dada para que o *hau* da dádiva pudesse voltar ao seu lar de origem, ao seu território nativo.

Nas moradias, o empréstimo de chaves, por exemplo, demandava um acordo entre dois/duas ou mais residentes. Tendo as chaves de um/a morador/a que viajou ao fim de semana, o/a intercambista dependerá de outros/as dois/duas ou mais para apoiar sua ação. Toda entrada de um/a visitante após as 22h é interfonada para um/a morador/a. Caso ele/a não atenda, o porteiro pedirá que o/a visitante entre em contato com ele/a, chamando-o/a para comparecer na portaria. Depois de sua chegada, procede-se o registro habitual do nome com a conferência do documento. Supondo que o/a intercambista não tenha um/a segundo/a morador/a

para dar o nome ou às vezes para ir até a portaria – daí a expressão “Am1>1” –, a entrada do/a visitante não ocorrerá, uma vez que aquele/a que emprestou as chaves está ausente.

No direito maori, caso o *hau* do *taonga* não volte para seu ente de origem isto se torna pernicioso para o próprio agraciado (MAUSS, 2003). Na moradia, caso o nome do/a visitante não tenha sido desvinculado ao de um/a morador/a mediante a baixa rotineira na saída, logo o/a morador/a será interfonado/a e os porteiros pedirão explicações. Ao mesmo tempo, o ocorrido pode influir na própria relação entre o/a intercambista e o/a morador/a. Este/a ficará reticente em fornecer o seu “*hau*” em uma segunda ocasião. Nessas operações de troca de favores e bens entre moradores/as e intercambistas, quando os/as primeiros/as facultam uma parte de suas almas, de si mesmos (nomes), aos/às segundos/as para favorecer a entrada de um/a terceiro/a, esta dádiva mais aproxima os dois entes anteriores na troca, ou seja, os vínculos entre morador/a e intercambista são estreitados em favor do símbolo do/a primeiro/a imiscuído na relação entre o/a segundo/a com o/a terceiro/a, o/a visitante. De certa maneira, os laços afetivos de amizade que unem os/as intercambistas aos/às residentes são espécies de retribuições da dádiva recebida no circuito sexual.

Voltemos, agora, para a maneira como os objetos nas trocas podem ser significados. Nas trocas entre internos/as e visitantes, o colchão pode servir para dissimular algo, geralmente ante ao/à externo/a. Quando as linhas de ônibus tenham finalizado o serviço e o táxi seguem inoperantes, o/a visitante não tem outra saída a não ser pernoitar na moradia.

Caso seja amigo/a de um/a interno/a, o/a procura, mas ele/a também poder ser convidado/a diversas vezes pelos seus/suas galanteadores/as residentes a dormir nos quartos deles/as. Aquele/a que flertar pode tentar dissimular seu interesse sexual no objeto. Ao pegar um colchão no apartamento ao lado, o/a residente retira a atenção de si e a transfigura no objeto. Assim, as suas pretensões sexuais podem, ao final da operação, aparecer como hospitalidade ou gentileza própria. Entretanto, quando as portas abertas se fecham, a força simbólica incutida no colchão logo se desvanece.

O empréstimo das chaves, por sua vez, já se articulava a outras vicissitudes e não apresentava os mesmos sentidos que o colchão. A circulação de chaves entre intercambistas é assimétrica na MOP I e II, devido a dois fatores: a disposição arquitetônica e a ocupação dos quartos. Na MOP II, as quitinetes são quádruplas, e a chance de que todos se ausentem, disponibilizando a chave para um/a intercambista é relativamente pequena. Porém, nessas circunstâncias estritas, emergem possibilidades mais variadas. Um/a intercambista pode sair mais cedo de uma festa, levando consigo um/a visitante; sua ausência será, amiúde, constatada pelos/as seus/suas companheiros/as de quarto que postergaram o tempo na festa. Pode acontecer também de um/a intercambista levar um/a visitante e se deparar com outro/a dormindo ou mesmo acordado/a. Nesse caso, a prática mais comum era: o quarto quádruplo tendo três moradores, sobra, portanto, um colchão. Este será levado até a pequena antessala da quitinete e os dois, intercambista e visitante, se esconderão à esquerda do umbral entre o quarto

quádruplo e a antessala para ter relações sexuais, evitando, assim, certos olhares e tendo os ruídos abafados. Nessa situação, foram necessárias contingências como: o final de uma festa; um/a visitante sem ter onde dormir; um/a intercambista disposto/a a ajudá-lo/a; um colchão sobrando – ou quem sabe, um sofá não empilhado com quinquilharias; um toque meio desavisado ou um encontro de olhares; e, finalmente, certa ebriedade pela bebida consumida na festa.

Na MOP I, a rotatividade de pesquisadores/as e docentes nos quartos delimita as possibilidades eróticas nesse cenário. Quando um/a deles/as libera a vaga de uma das quitinetes duplas antes do fim do semestre, o/a intercambista geralmente passa a dispor do quarto somente para si no intercurso de um ou dois meses. Assim, pode tanto receber visitantes com auxílio nominal e prático dos/as moradores/as, quanto emprestá-lo a outros/as intercambistas. Em relação a isso, nos acordos implicitamente explícitos entre eles/as, pesava atos recíprocos que, falhados, geravam condenações dos membros do grupo. Por exemplo, imagine que dessa vez quem viajou foi um/a dos/as intercambistas. Por uma obrigação quase moral, antes de partir da MOP I, ele/a deveria informar sua saída a um/a dos membros do grupo para que esse/a pudesse pedir-lhe, antecipadamente, as chaves do quarto. Ao avisar aos/às demais da ausência prevista, em geral nos grupos do WhatsApp ou mesmo pessoalmente, o/a desocupante entregava o molho de chaves àquele/a que assim o/a requeria e, na hipótese de que ninguém respondesse seu alerta no aplicativo telefônico, ele/a ainda deveria repassar as chaves para um/a

intermediário/a que faria a vez de assegurar seu repasse a um/a terceiro/a. Aquele/a que assim não procedesse era mal visto/a pelos/as demais e tachado/a como mesquinho/a, desatento/a, uma pessoa a quem não se deve favorecer o empréstimo de chaves em uma próxima ocasião.

Essa “cascata de pequenos vínculos sociais” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 99), provocada pela circulação das chaves, expressa assim o domínio dos dons recíprocos, em que um/a se sente à vontade para pedir, ficando um/a segundo/a obrigado/a a emprestar e em ambas as direções, sempre para além do que fora pedido e emprestado (LÉVI-STRAUSS, 1976). A obrigação de emprestar talvez se figure com mais estridência no caso das chaves na MOP I, mas aparecem manipulações correlatas dessa ideia no empréstimo de colchões e quartos vazios. Na definição etimológica do termo, emprestar significa confiar algo a alguém em um regime temporário de troca, na condição de ser devolvido. Em uma acepção figurada do vocábulo, emprestar equivale a conceder, a dar, conferir (PRIBERAM, 2016), como se uma substância ou agente concedesse, de maneira efêmera, as suas qualidades a um segundo corpo, por exemplo: a chuva empresta tonalidades baças e acinzentadas ao céu. Em um ponto, o significado mais denotativo de emprestar resume as características práticas da troca, ou seja, as chaves devem ser devolvidas; em outro, a semântica figurativa remete ao trânsito espiritual eminente nesse enlace de nomes, pessoas, objetos e favores. Em espanhol, “*prestar*” traz sentidos de sair de si mesmo e se estender, *allanarse* da estreiteza seminal, sair das tais mônadas sem janelas, para assim

avenirse em face de outrem (RAE, 2016). Essa categoria nativa é próxima à obrigação de dar no *potlach* entre os kwakiutl. Fala-se que o chefe, que não oferecia porções suntuárias para destruição ritual, via-se com o prestígio maculado, a sua face apodrecia e ele perdia, na aldeia, autoridade sobre sua família, pois os espíritos já o visitavam com tamanha frequência levando sua fortuna fazer em migalhas (MAUSS, 2003).

A obrigação de emprestar dos/as residentes parece congrega uma só alocação os preceitos de dar e retribuir do *potlach*. Amiúde, o ato de restituir e/ou devolver se dissimulava: as mãos que recebiam a chávena de açúcar do/a vizinho/a ao lado logo aqueciam um bule de água para dar a ele/a uma xícara de café. Com isso, não se devolvia exatamente o açúcar, mas sim a cafeína adocicada. Matérias que se dissolveram entre si junto com mescla de almas de um/a com outro/a. Em outras circunstâncias, a devolução se subsumia em uma concatenação de doadores/as e agraciados/as sem fim. Uma intercambista emprestou um dos colchões sobranes a um morador, este passou a outro que o repassou a mais alguém. Na iminência de sua partida, ela buscou pela primeira pessoa que não soube lhe informar o paradeiro do colchão, buscou pela segunda e terceira e, quando já estava prestes a desistir, ela resolveu fazer postagens no Facebook na esperança de reportar a todos/as os/as possíveis presenteados/as com a dádiva alheia, entretanto ninguém a respondeu. A efusão de nomes em um idêntico objeto era tamanha que ele literalmente “se perdeu”.

A prosopopéia foi além dos seus invocadores, por assim dizer.

Por fim, aventa-se que cada bloco nas moradias funciona como pequenos clãs, cujas trocas se dão entre intercambistas e moradores/as nele residentes e, nesse sentido, o empréstimo de colchões obedece a uma lógica quase clânica. Note que, no esquema, os/as intercambistas não trocam entre si colchões. Na MOP II, as três quitinetes localizam-se no quinto andar dos blocos que não estão situados um ao lado do outro. Essa configuração física é suficiente para explicar a pouca circulação de colchões entre os blocos. Primeiro, pela comodidade: descer todos os andares de um bloco para ir a outro e voltar carregando um item não tão leve como um colchão requer um dispêndio físico sobejado, ainda mais se fora às 3 da manhã e após a saída de uma festança. Segundo, levar um colchão entre um bloco e outro implica passar pela praça. Com isso, o/a portador/a do objeto denunciara a todos/as que possam vê-lo/a, sejam internos/as ou vigilantes, que há um/a visitante a sua espera.

Já nos instantes finais deste artigo, gostaria de passar em revista as ideias de Miller e Eric Wolf que guardam uma correlação sibilante com as minhas descrições etnográficas. Primeiro, a passagem de Miller (2007) sobre consumo e bens: “uma abordagem de cultura material, com seu foco sobre o objeto, que nos ajuda a ganhar um senso de humanidade mais rico, já que não é mais separado da sua materialidade intrínseca” (MILLER, 2007, p. 52-53). Latente nessa formulação (MILLER, 2007) consiste em reafirmar que os

bens criam relações sociais, algo que Mauss (2003), Lévi-Strauss (1976) e Bourdieu (2008) já haviam circunscritos em seus respectivos trabalhos, mas trilhando por expedientes teóricos um tanto diferenciados entre si. Neste trabalho sobre os/as intercambistas nas moradias, percebemos a condição *sine quo no* das trocas de colchões, chaves e nomes, não só porque elas estreitam laços sociais daqueles/as com os/as demais moradores/as, mas também porque forjam condições possíveis para um senso de socialidade mais apurado, ao ensejar determinados relacionamentos e constranger outros.

Segundo, Eric Wolf (1984), inspirado em Alfred Kroeber, costumava definir o conceito de cultura partindo de seu préstimo metodológico que reside em “procurar conexões”, os conjuntos culturais jamais constituía, em sua perspectiva, uma totalidade homogênea e demarcada e eram, ao contrário, suspensos por constantes processos de construção, desconstrução, reconstrução, sendo interdependentes de planos sociais mais amplos. Para Wolf, a noção de cultura deveria condensar “as relações materiais, a organização da sociedade e as configurações de ideias” (RIBEIRO; FELDMAN-BIANCO, 2003, p. 275). Aqui, vimos como as trocas de objetos não se explicam *per se*, elas são práticas de resistência às inspeções nas portarias, aos contornos dos claustros e ao princípio de visibilidade imperante dentro e fora dos apartamentos, isto é, a circulação dos objetos está intimamente imbricada ao regime disciplinar no interior das moradias. Se o préstimo da cultura consiste em buscar conexões, logo os nexos existentes entre colchões, chaves e nomes são vestígios das relações materiais e da

organização social subjacente entre intercambistas e moradores/as. Destarte, amarrando os liames, vemos que a cultura, materializada nas trocas, e o poder, imbuído nas fiscalizações dos porteiros, estão duplamente implicados, um não se esclarece sem o outro.

Por fim, nos meandros da mistura de nomes e objetos, as chaves, quartos e colchões não só facilitaram a pernoite dos/as visitantes, mas foram um pouco mais além: produziram pessoas e relacionamentos.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

CERQUEIRA, M. C. et al. *Nômades do saber: um estudo sobre migração estudantil*. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2010, Laranjeiras. *Anais...* Laranjeiras: Editora UFS, 2010. p. 1-15.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FUMP – FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL. *Manual do morador*. Belo Horizonte: FUMP/UFMG, 2009.

GASPAR-NETO, V. V. *Na pegação: encontros homoeróticos masculinos em Juiz de Fora*. Niterói: Editora UFF, 2014.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. *Más allá de la “cultura”: espacio, identidad y las políticas de la diferencia*. *Antípoda*, n. 7, p. 233-256, jul./dez. 2008.

GUSMÃO, N. M. M. de. *África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados*. Focus, Campinas, out, 2008. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/focus/textos/GUSMAO%20-%20Africa%20e%20Brasil%20no%20mundo%20academico.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

HALL, S. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10ª ed. Porto Alegre: DP&A, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1976.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: _____. *Marcel Mauss: sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 184-314.

MILLER, D. *Sobre pessoas e coisas: entrevista com Daniel Miller*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 52, n. 1, p. 415-439, 2009.

_____. Consumo como cultura material. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

MOURÃO, D. E. *Deslocamentos transitórios: a construção do pertencimento entre estudantes guineenses e cabo-verdianos no Brasil*. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 9., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: Editora UFBA, 2008. p. 1-19.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/emprestar>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

RAE – Real Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. Disponível em: <<http://dle.rae.es/?id=U799kM9>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

RIBEIRO, G. L. Antropologias mundiais: cosmopolíticas, poder e teoria em antropologia. *Série Antropologia*, Brasília, v. 379, p. 1-16, 2005.

RIBEIRO, G. L.; FELDMAN-BIANCO, B. *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. *Etnográfica*, v. 7, n. 2, p. 245-281, 2003.

RIFIOTIS, T. Etnografia no Ciberespaço como “Repovoamento” e Explicação. In: SEGATA, J.; RIOFIOTIS, T. *Políticas etnográficas no campo da Cibercultura*. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Ed. Letradágua, 2016, p. 129-152.

RUBIN, G. *El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo*. *Nueva Antropología*, v. 8, n. 30, p. 95-145, 1986.

STRATHERN, M. *No limite de uma certa linguagem*. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 157-175, 1999.

_____. Introdução. In: _____. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006, p. 27-77.

WOLF, E. *Culture: panacea or problem?* *American Antiquity*, n. 49, p. 393-400, 1984.